Entrevista de Simon Schwartzman sobre o ensino médio (versão original)

(Publicada em Ensino Superior Unicamp, Ano 1, n. 2, 2010, pp.16-25)

Qual o desafio que o ensino médio coloca para o Brasil atualmente?

Temos alguns problemas básicos no ensino médio. Uma peculiaridade do Brasil, na comparação com outros países da América Latina, Europa, Estados Unidos, é o fato de o nosso sistema de ensino médio ser praticamente um só. Há um pequeno setor de ensino profissional ou técnico, muito pequeno; isso não dá alternativas para os estudantes que queiram seguir diferentes caminhos. A necessidade de um sistema diversificado tem a ver com os interesses diversificados das pessoas; e também com o fato de que a educação básica é muito desigual, e que nem todas as pessoas tem condições de fazer o mesmo tipo de curso médio. Pelo fato de o modelo ser único -- o modelo tradicional, acadêmico, ele mesmo com uma série de problemas específicos --, parte das pessoas não conseguem acompanhar o programa e não chegam ao final; ou então, chegam ao final com tantas dificuldades que não têm condições de continuar estudando e de adquirir uma atividade profissional adequada. Temos assim um problema de diversificação; e o sistema predominante, que é quase o único que existe, têm vícios e defeitos, decorrentes de seu conteúdo muito formal e do modelo muito antiquado de ensino, enciclopedista. Há uma carga muito grande de cursos, em que se pede ao aluno decorar e repetir certos conteúdos. O sistema não é formativo e está muito condicionado pela competição para a universidade – o que determina o conteúdo dos cursos. Os cursos considerados melhores no ensino medio sao aqueles que preparam melhor para os vestibulares mais competitivos. Essa formação não é muito adequada.

Que outros problemas esse modelo único traz?

Por exemplo: a quantidade de cursos que os alunos têm que fazer – um pouquinho de química, um pouquinho de física, um pouquinho de filosofia, um pouquinho de história – no final, ele não aprende nada. Outro problema: o curso é um ritual de repetições. O aluno precisa ser capaz de papaguear o que está escrito no livro. Em poucos casos isso se transforma realmente em uma aprendizagem. No modelo ingles, por exemplo, há o A-level. O aluno escolhe três temas e trabalha neles: ele se prepara durante o ensino médio naqueles conteúdos que escolheu. Digamos, matemática, química e inglês; ele vai se aprofundar, tem a oportunidade de tomar conhecimento daquilo lendo e discutindo; no processo de aprofundamento, o aluno tem a possibilidade de ganhar competência, de ganhar capacidade. O

ensino médio americano é desigual; há coisas boas e coisas ruins. O inglês é melhor. O francês também é um bom sistema; embora, para o meu gosto, um pouco rígido. O nosso sistema é uma tentativa de copiar mal o sistema francês. Se a cópia fosse bem feita, o aluno teria uma boa iniciação à ciência, receberia boa educação de bons professores de matemática, de física. Mesmo assim, hoje em dia, em que os campos de conhecimento são muito vastos, não se pode esperar que a pessoa aprenda tudo. Aprender alguns teoremas de física ajuda a pessoa em alguma coisa? Ela não aprende física moderna, pois a matemática no ensino médio não é suficiente; para que serve isso então? Se o aluno realmente for fazer uma carreira tecnológica, precisaria se aprofundar mais; se vai fazer uma carreira em direito, não precisaria daquilo. Pode-se argumentar que qualquer pessoa hoje em dia precisa saber matemática. Acredito que as pessoas tem que entender as questões da ciência e da tecnologia – porque são importantes, que papel têm na sociedade moderna. Mas aprender as fórmulas da química, os modelos matemáticos da Física, não sei se ajuda. É necessário dar opções às pessoas. Dadas as opções, o aluno tem condições de se aprofundar mais em áreas mais delimitadas. A lei de diretrizes e bases inclui essa concepção de dar alternativas. Mas, na prática brasileira, o que vem acontecendo é colocar mais matérias obrigatórias – filosofia, sociologia...--, o que vai matando a idéia da flexibilidade.

O senhor mencionou antes que a competição para a universidade é um problema para o ensino médio...
Sim. Em áreas como medicina, engenharia, o vestibular é feito para eliminar pessoas e, por isso, exige um conhecimento muito detalhado – o que funciona na seleção. Mas, se o curso médio é todo montado para formar pessoas para o vestibular, há prejuízo para aqueles que não pretendem prestar um vestibular. Outro problema, que se soma aos anteriores, é o fato de não termos professores devidamente formados para dar esses conteúdos. Se o professor não tem a capacidade de entender o assunto, não há jeito de o aluno aprender. É necessário apoiar o professor da melhor maneira possível. À medida em que o aluno avança no ensino médio, ele precisa cada vez mais de professores que conheçam seu assunto e tenham paixão, interesse, motivação pelos conteúdos que eles estão lecionando. Temos um problema sério de recrutamento de professores nesses níveis. Há falta de professores bem formados; as universidades públicas não têm interesse em formar professores, elas desvalorizam a formação do professor. A atividade de professor de ensino médio se tornou uma opção para quem não conseguiu outra coisa, o que cria um professor desmotivado e mal formado. Há mesmo carência de professores.

Que soluções haveria para a falta de professores?

É preciso abrir a carreira do professor do ensino médio. Um jovem estudante de medicina quer ser médico, não quer ser professor; mas será que ele não quer dar aula de biologia e ganhar um dinheiro extra durante o curso?

O governador Serra propôs isto uns dois anos atrás, à Secretaria de Educação, pensando em alunos de engenharia.
Há quem fique nervoso com isso...Para ensinar matemática, física, na verdade esse é um caminho muito interessante. Pode-se perguntar se esse estudante vai ter a necessária didática. Mas não há nenhuma garantia de que os cursos de didática hoje requeridos nos programas de licenciatura realmente preparam os futuros professores para a sala de aula, Se o estudante gostar da matéria, se tiver um bom livro para seguir, se o material estiver preparado os conhecimentos de didática podem ser ensinados de forma prática, sob a supervisão de um professor mais antigo, e esses jovens podem se sair bem. Além disso, um jovem professor pode se tornar, para os estudantes, um “role model”,um modelo de atitude e envolvimento com o trabalho intelectual que os estudantes podem querer tomar para si; isto é tão ou mais importante do que a transmissão do conhecimento. Pode acontecer de o jovem professor se interesse de tal maneira pela carreira docente, que ele desista de fazer medicina ou biologia; ou que passe quatro anos lecionando e depois continue sua carreira de médico; outra pessoa virá dar aula no lugar dele. Essa abertura do sistema de recrutamento pode ser muito importante para melhorar a qualidade do professor que entra no ensino médio. Hoje, o que temos são, muitas vezes, pessoas que fizeram seus cursos em uma faculdade de má qualidade, que não conseguiram outra coisa, que não aprenderam direito aquilo que vão lecionar e que estão frustrados, esmagados pelo que estão fazendo -- não se pode ir longe com isso. Temos um problema do professor, que é sério e tem a ver com a carreira docente. Além disso, há a forma como o currículo está organizado.

Voltando à diversificação...
Há dois modelos no mundo. O europeu, tradicional, cria escolas diferentes. A legislação dos anos 30, do Gustavo Capanema, falava em ensino industrial, ensino técnico, ensino agrícola e ensino secundário. Era a idéia tradicional, européia, daqueles anos: o filho do operário vai fazer ensino técnico; o filho da classe média, da burguesia, vai fazer ensino acadêmico. Os alemães tiveram esse sistema funcionando bem durante muito tempo; quem cursava o ensino técnico, se tornava um trabalhador especializado muito competente, embora não tivesse acesso à universidade. Hoje, o modelo europeu tem problemas, de dois tipos. Primeiro, o tipo de formação do ensino técnico não é mais aquela formação baseada na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual; a dicotomia está desaparecendo com a automação, com a informática. Além disso, há

um aspecto de imobilidade social muito complicado – o sistema decide, aos doze anos de idade, que vida o menino vai viver, que lugar ocupará na sociedade.
A principal virtude do ensino profissional, no caso europeu, é que ele está fortemente vinculado ao setor produtivo e às tradições das corporações de ofício, no sistema do mestre e do aprendiz. O jovem vai para a fábrica, trabalha sob a orientação de um mestre de ofício, ao mesmo tempo em que completa alguns cursos na escola. Os conhecimentos de tipo técnico e científico não são ensinados de forma teórica, mas sobretudo no chão da fábrica, Se o sistema se desliga do setor produtivo, não há nem uma coisa nem outra.

O problema da maioria das escolas técnicas no Brasil é que elas ficam em uma espécie de vazio: não têm o conteúdo acadêmico e também não têm o conteúdo profissional adequado. Os bons exemplos de ensino profissional são aqueles em que há uma ponte mais firme entre o ensino, as empresas e a atividade produtiva. Existem exemplos interessantes de escolas agrícolas, em que o aluno trabalha no campo; outros em que há relações com a indústria e os alunos têm contato com ela. O Centro Paula Souza faz isso bem em São Paulo; mas isso é restrito. Seria bom se tivéssemos no sistema mais escolas técnicas, fortemente vinculadas ao setor produtivo.

Qual o outro modelo?
É o modelo mais americano, que os alemães também estão tentando: a *Gesamthochschule* alemã. É uma escola integrada, compreensiva, frequentada por diferentes tipos de estudantes; dentro da escola, há a oferta de alternativas de formação. Com isso, o estigma diminui e se permite ao aluno fazer programas diferentes e ajustáveis às suas perspectivas e possibilidades. Há vários níveis de matemática; o aluno que faz uma matemática mais exigente, poderá se candidatar a um curso de engenharia, por exemplo; quem faz Matemática I, não poderá. Dessa forma, o aluno tem opções, alternativas de formação. Não é simples, no entanto, a mesma escola ser capaz de fazer bem coisas diferentes. É complicado – esses diferentes tipos de ensino têm culturas muito diferentes. Não há uma solução óbvia. O Brasil teve uma experiência, no passado, de exigir que todos tivessem uma formação tecnológica, profissional ao final do ensino médio. Esse foi um projeto fracassado da ditadura. A idéia não era ruim, mas se tornou mais uma obrigação burocrática para a escola.

O ensino médio deve ter terminalidade?
Não penso que todos tenham que sair do ensino médio com uma profissão. O mercado de trabalho muitas vezes não exige uma profissão técnica específica. Boa parte das ocupações exigem competências genéricas – vendedor, por exemplo: ele precisa saber falar, escrever e ler; são competências genéricas de ensino médio. Não é trivial falar e ler direito, exige pelo menos oito anos de escola;

mas não é uma competência específica. É muito útil dominar ferramentas de informática. Não há necessidade de um ensino especializado, totalmente técnico; para fazer uma especialização bem feita, seria necessária uma ponte com o mercado – por isso o ensino técnico não pode crescer muito, pelo fato de não haver muitas parcerias desse tipo para serem feitas. À medida em que parcerias puderem ser feitas, devem ser feitas. Dar alternativas às pessoas no ensino médio evidentemente impacta o ensino superior. Se o aluno quiser continuar, a formação que teve abrirá a possibilidade de ele fazer algumas coisas e não outras. O ensino superior também tem que se diversificar para atender a um público diferenciado -- uma característica presente em todos os países em que o ensino superior se massificou. Esse modelo de ensino superior muito acadêmico, de padrões acadêmicos altos para todo mundo, é um modelo tradicional elitista, de quando 5% da população cursava o ensino superior. Quando se busca ter 20, 30, 50% da população no ensino superior, é necessário um ensino superior muito diversificado. Diferentemente de quarenta, cinquenta anos atrás, espera-se, por exemplo, que as jovens façam uma faculdade; há uma pressão geracional, todo mundo vai para a faculdade... Tem que ter um leque de opções. É difícil fazer essa transição, de uma concepção de educação muito elitista para uma educação mais ampla, que pode atender a uma população diferenciada. Temos uma situação em que o País massificou boa parte do ensino médio e superior, mas o formato ainda é o formato elitista e tradicional. O ensino médio já é bastante grande no Brasil -- as pessoas demoram para completar, mas quase 60% da população termina o ensino médio, ainda que termine mais tarde, que leve mais tempo. Não alcançamos ainda 100% de cobertura no ensino médio, como deveríamos. Mas houve um crescimento muito grande nos anos 90, que agora estagnou. A cobertura do ensino superior ainda é pequena se comparada com a de outros países, mas, com quase 6 milhões de estudantes neste nível, já é um sistema massificado, muito diferente de 20 ou 30 anos atrás.

Sem concluir o ensino médio, as pessoas conseguem se empregar?

O mercado de trabalho está muito exigente em relação ao ensino médio. Tem mais dificuldade de conseguir emprego quem chegou perto de concluir o ensino médio e não concluiu. Quem não tem qualificação nenhuma, aceita trabalho não qualificado. Quem tem uma qualificação mais ou menos, quer um emprego melhor – e não consegue. Esse é o grupo mais afetado pelo desemprego.

Há muita evasão no ensino médio – 3,6 milhões ingressam, 1,8 milhões concluem. É uma situação de fracasso. Fala-se no desinteresse dos jovens; e o senhor menciona uma inadequação do currículo.

O fracasso reflete a incapacidade da escola de dar ao aluno uma educação significativa. Seja por colocar um programa inaccessível, seja pelo fato de o programa estar desligado do mundo real do estudante. Por um lado, a escola não motiva; por outro, existem pressões como, por exemplo, a necessidade de trabalhar – à medida que o tempo vai passando ela vai ficando mais aguda: aos 13, 14 anos, essa pressão não é tão importante quanto aos 18. Há outras razões para o abandono. Uma delas: boa parte do ensino médio é oferecido à noite. Quando o aluno trabalha é uma necessidade, mas às vezes o problema não é do aluno, é da escola, cujo prédio durante o dia está ocupado com o ensino fundamental. Nos cursos noturnos, o aluno está mais cansado, chega mais tarde e sai mais cedo. Há um esvaziamento da escola, cada vez mais ela é um ritual a ser completado para ter um papel, que às vezes fica inaccessível. Isso gera uma situação de desalento.

O ensino médio enfrenta crise em outros países?
Lembro de um seminário em Oxford, a respeito de um livro meu sobre a educação no Brasil. Um brasileiro fez uma apresentação muito deprimente sobre a educação no Brasil. O professor inglês que era um dos organizadores do seminário fez a seguinte observação: "Não se preocupe, a educação é ruim no mundo inteiro". Problemas, temos em toda a parte – há dificuldades na Europa, por exemplo, sobre como sair do sistema dual para um sistema mais abrangente; nos EUA, o ensino médio é visto como muito desigual. Existem high schools dedicadas a preparar alunos para as universidades, outras dedicadas à formação técnica ("vocational") mas a maioria são escolas de educação geral, que oferecem cursos preparatórios para a universidade para estudantes mais avançados, cursos de formação geral para estudantes de desempenho médio, e cursos de recuperação para os que estão em situação pior. Os estudantes podem combinar diferentes tipos de cursos conforme suas habilidades e interesses. A idéia de reprovar o estudante não existe, os alunos avançam conforme as condições de cada um, e com isto a evasão é bem menor.Em todo mundo há problemas – o que não nos exime de enfrentar os nossos.

Por onde o senhor começaria?
Tentaria simplificar o currículo, para ficar mais relevante e apresentar mais opções; e melhoraria a qualidade do professor. É preciso recrutar professores melhores.

Ensino médio é um problema dos Estados. Como o governo federal Brasil pode influir?
A capacidade do governo federal de influir não é alta. Ele tem poucas escolas – as escolas técnicas, que são boas, mas poucas e caras, e que agora estão virando universidades...O governo federal pode influir criando modelos, *standards*, criando legislação mais adequada;

pode também criar programas de incentivo para aspectos específicos. A gestão da escola não pode ser federal, para que cada escola tenha a maior autonoma possível. Pode-se criar sistemas de incentivos de diferentes tipos e criar uma legislação menos opressora do ponto de vista do currículo, dos conteúdos.

O Exame Nacional do Ensino Médio é boa política?
Sim. Antes do Enem, havia uma situação em que não se sabia o que significava ter um diploma de ensino médio. O Enem foi uma tentativa de estabelecer um padrão de referência. Pode-se criticar -- há tanto problemas no Enem atual quanto no anterior. Mas a idéia de ter um padrões claros de referência é o importante. Não importa onde o aluno cursou o ensino médio, é preciso saber que qualificações adquiriu. Isso requer um tipo de avaliação externa como o Enem .

Nesse sentido, o Enem normatiza.

Isso, é uma referência. Mas, de novo, se a referência for única, mata a diversificação. É preciso criar uma gama de alternativas, todas com avaliações também independentes, também externas, mas não únicas. A França tem o *baccalauréat*, a Alemanha tem o *Abitur*, a Inglaterra tem o A-*level*. No caso deles, não é uma prova só, os examinadores externos vêm à escola, são avaliações mais ricas e qualitativas. Na França, além do *baccalauréat* tradicional, há outros tipos de qualificação, quatro ou cinco diferentes, e o aluno pode se preparar para uma delas. Na Inglaterra, o aluno escolhe os A-levels que quer fazer. Seja qual for a escolha -- e a escola pode optar para preparar alunos para uma ou para outra --, isso dá uma certificação, uma referência, o que facilita também a seleção dos alunos pela universidade – quando ela recebe o aluno, pode levar em consideração o que ele aprendeu na escola.

O senhor mencionou uma mudança no Enem. Hoje ele enfatiza mais a avaliação do conteúdo do ensino médio; isso é correto?
Sim, é importante. Se o Enem avaliar só as competências, ao invés de também avaliar o conteúdo, acabará se tornando em boa parte um exame de língua -- um aluno capaz de ler e pensar mais agilmente se sairá bem. Para matemática, precisaria ter um pouco de conhecimento; no mais, se pensar um pouco mais inteligentemente, com mais informação, irá bem. Isso está fortemente ligado à posição econômica da família; por isso, não dá à escola nenhuma responsabilidade por aquilo que ela tem que ensinar. Se o Enem avaliar se o aluno conhece ou não História do Brasil, Geografia etc, cria-se uma obrigação para a escola. Claro que há o risco de incentivar a decoreba – mas é possível também avaliar o conhecimento de conteúdos sem exigir a memorização. Por exemplo, pode-se pedir ao aluno que resolva um problema de matemática, ou

mostre entender alguns episódios importantes da história contemporânea, sem que tenha que decorar fórmulas ou fatos, mas faça uso de conceitos aprendidos na escola. A escola fica então com a responsabilidade de ensinar alguns conceitos básicos de várias áreas do conhecimento. A questão que se coloca aí é se a prova está bem feita. Ao mesmo tempo, não há porque ter preconceito contra a memorização – um aluno que termina o ensino médio deve saber quais são as capitais dos Estados Brasileiros, quem foram os presidentes da República nos últimos 30 anos, quais são os principais produtos que o Brasil exporta e que países participaram de que lado na Segunda Guerra Mundial, por exemplo.

O problema do Enem é exigir que todos os alunos façam a prova toda. O exame tem três partes, três áreas diferentes; as universidades podem dar pesos diferentes às diferentes partes. Mas isso não basta. É preciso que o aluno possa dizer: vou fazer a parte tecnológica, não a parte humanística, ou a area biológica. Isso não existe ainda; penso que deveria existir. A idéia de criar *standards* externos de referência é boa. Os americanos tem o Scholastic Aptitude Test, que é uma prova similar ao Enem original; os europeus fazem diferente, são exames longos, que podem ter prova oral, muito mais ricas de conteúdo. É muito mais difícil de operar exames assim. É mais fácil fazer uma boa prova centralizada para milhões de pessoas. Não sei se se pode aspirar a um modelo europeu, pois não temos toda essa estrutura de professores avaliadores ; o modelo americano me parece mais apropriado também nesse sentido.

É possível melhorar o ensino médio sem melhorar o fundamental?

Cada problema é um problema. No ensino fundamental, o problema é o analfabetismo funcional: muitos alunos chegam ao final do ensino fundamental sem conseguir ler. É difícil lidar com esse aluno no ensino médio. Por isso, a diversificação é importante – se todos os alunos chegassem bem à oitava série do ensino fundamental, poderíamos pensar que seria adequado para eles mais três anos de formação geral -- aprender literatura, matemática, biologia, filosofia. Seria muito bom. Em um país nórdico, com educação homogeneamente muito boa, como a Finlândia, por exemplo, um ensino médio bastante amplo é adequado. Mas aqui as escolas recebem alunos com muita diferença de formação. O que fazer com um jovem de 14, 15 anos, que terminou mal o ensino fundamental – lê pouco, não sabe matemática. O que fazer com ele no ensino médio? Ou a escola tenta recuperar no ensino médio o que ele não adquiriu antes -- o que é possivelmente muito dificil --, ou tenta dar a ele uma educação a partir do que ele tem. Em vez de aprender um teorema, fará um trabalho prático onde o professor pode mostrar a ele a matemática que está ali. É preciso ir pela via mais prática. O famoso Heckman Prêmio Nobel de Economia [James Heckman,

premiado em 2000], tem escrito muito sobre educação infantil; ele mostra que muito da capacidade de aprender das pessoas se define muito cedo -- até os quatro, cinco anos de idade; se alguém chegou aos seis, sete anos sem isso, estará prejudicado pelo resto da vida. Há muitas evidências nesse sentido. Mas o Heckman também mostra que, além dos conteúdos cognitivos, há outras dimensões da educação que têm a ver com o trabalho de grupo, atitudes, comportamento e que também são muito importantes. As escolas também precisam dar essa educação. No Brasil, temos que ir trabalhando enquanto o trem está correndo; não é possível parar o trem. O jovem que está terminando o ensino fundamental aos 15 anos de idade, que não teve educação infantil de boa qualidade -- às vezes, já está prejudicado na origem, e passou por um ensino fundamental ruim, o que fazer com ele? Devemos dar uma educação que ele tenha condições de aproveitar, onde ele puder aproveitar. Ele pode adquirir essas competências do trabalho em grupo, pode aprender tarefas mais técnicas – que serão úteis para ele. Mas provavelmente não vai aprender matemática abstrata, não vai demonstrar teoremas.

Há alguma iniciativa interessante em implantação no ensino médio?

É difícil resolver essas questões centralizadamente. Diferentes municipalidades, diferentes escolas privadas, vão experimentando, tomando iniciativas e achando caminhos. Não penso que evoluiremos para um sistema à francesa, em que todas as escolas ensinam as mesmas coisas à mesma hora. Esse não é o nosso mundo. O nosso mundo é o da diversidade, das iniciativas locais. Ao governo federal cabe dar estímulo, ajudar a levantar as questões, oferecer padrões, colocar os problemas, dar materiais, apoio. E deixar à sociedade encontrar os caminhos. Alguns municípios vão na frente, escolas privadas vão na frente, um vai copiando o outro -- esse é o nosso mundo.

Como o senhor descreve o quadro do ensino superior brasileiro hoje?

No Brasil, há um pequeno setor de padrão alto -- parte das instituições públicas e parte das privadas – menor, mas tem; e um setor grande do sistema de má qualidade, público e privado, muito orientado para se obter um diploma, que o mercado ainda valoriza nele mesmo, independentemente do conteúdo. O setor público não consegue avançar muito, quase todo o crescimento do ensino superior vem do setor privado, que detém quase 80% da matrícula. O setor público é caro, rígido, burocratizado, controlado por grupos de interesse. Nele, ninguém tem coragem de mexer. Há coisas boas e ruins nele. Dentro das mesmas universidades, existem cursos mais voltados para a pesquisa e a formação de profissional de alto nível,

outros que não vão alem do ensino e qualidade nem sempre muito boa. No setor privado a pesquisa praticamente não existe, e predominam os cursos das chamadas "profissões sociais" – administração, contabilidade, economia, direito – que na prática dão algo de formação geral nas ciências sociais (a grande maioria dos formados em direito jamais conseguem passar nos exames da OAB e não exercem a profissão). O ensino superior tecnológico, ou seja, de 2 anos de duração, orientados mais diretamente para o mercado de trabalho, que poderia ser uma alternativa para muita gente, quase não existe, e o que existe está sobretudo no setor privado.

O senhor disse que o ensino público superior não avança. Como analisa a expansão recente do número de universidades federais?

Nesse assunto, há vários problemas diferentes. Um problema é o custo alto dessas instituições. Quando uma universidade federal é criada, cria-se imediatamente um quadro de funcionários regidos pelo Regime Jurídico Único -- as pessoas são contratadas com níveis salariais de tempo integral, que dominam no ensino superior, cria-se a burocracia, nomeia-se reitor, vice reitor etc. Resulta em um custo por aluno muito caro e que não necessariamente leva a um produto do ponto de vista educacional de boa qualidade – pois os salários que se paga no Brasil no ensino superior público supõem que o professor seja um pesquisador dedicado integralmente ao ensino e à pesquisa quando de fato, isto não ocorre, e este tipo de contratação acaba afastando os professores da sua atividade profissional. A melhor opção seria ter uma política muito mais exigente de contratações de professores de tempo integral, e contratar em tempo parcial profissionais qualificados que sejam ativos em suas profissões e que possam trazer para os alunos sua experiência prática de trabalho,

Quando são criadas instituições federais em qualquer lugar, o risco é recrutar pessoas muito apressadamente, sem conhecê-las direito. Como o sistema é rígido, são pessoas que nunca mais poderão ser demitidas, nunca mais se poderá mexer no salario delas. Caem na rigidez institucional, que é a lógica das instituições públicas no Brasil. Não sei se tem sentido investir em criar instituições que padecem dos mesmos vícios da maior parte das instituições públicas. O que se sabe das novas universidades é que elas funcionam mal, com muito abandono pelos estudantes. Sem dúvida há um papel do governo federal e dos governos estaduais de apoiar e dar condições de educação superior a quem não pode pagar. Esse papel pode ser cumprido de várias maneiras – o Prouni é um exemplo de investimento mais barato em educação, que utiliza a rede do ensino privado. Poderíamos ter modelos diferentes de organização do ensino público que fossem menos rígidos e menos burocráticos. Ainda não temos. Algumas dessas instituições que estão nascendo agora podem vir a se consolidar; não se sabe, pois elas estão começando. Outro

problema é não existir uma justificativa clara para essas instituições. Se uma instituição está sendo criada em certo lugar, deveria existir um projeto para ela – que esclarecessem seus objetivos, sua concepção fundamental. Se existe, é muito superficial. Ao criar por criar uma instituição, o que se faz é simplesmente criar emprego para mais gente no serviço público federal; não sei se é o melhor investimento que o País poderia fazer.

Do ponto de vista do desenvolvimento do Brasil, o que o senhor considera desejável para o ensino médio?
O ensino médio tem a função principal de criar pessoas capazes de tomar caminhos diferentes – por isso a necessidade da diversificação. Um fenômeno atual no Brasil é as empresas se queixarem de não encontrarem funcionários, e as pessoas no mercado de trabalho de não encontrarem trabalho. Há um desencontro; ele vem porque as escolas não formam as pessoas com as habilidades desejadas pelas empresas; e as empresas, por usa vez, tendem a ficar passivas, esperando as pessoas chegarem, sem se envolver também no trabalho de formação – à exceção de algumas entre as maiores delas. Seria esperado que o setor produtivo fizesse mais parcerias na área do ensino técnico, do ensino profissional. Isto ainda se desenvolveu muito pouco no Brasil. Há grande falta de quadros intermediários no País, gente que saiba operar uma máquina, um equipamento. Há aqueles que não sabem nada, e aqueles que querem ser doutores. A função do ensino médio é formar todo tipo de gente; os que operam máquinas, por exemplo. Tem também a função de capacitar para o ensino superior – é um leque de alternativas.

É possível o Brasil pensar em ter, daqui a dez anos, 20% das pessoas entre 18 e 24 anos no ensino superior?
Só quando se resolver o grande estrangulamento, que está no ensino médio. O número de vagas no ensino superior é maior do que o número de formados no ensino médio. Ainda que essas vagas no ensino superior sejam apenas teóricas, autorizações dadas pelo governo federal que a instituição pode vir a usar – não existe a cadeira vazia na sala de aula. Se aparecer o estudante, eles botam a cadeira. De qualquer maneira, o ponto de estrangulamento do ensino superior é o ensino médio. Não adianta forçar a expansão do ensino superior se o ensino médio não formar gente.

Na sua opinião, para o bom desenvolvimento do ensino superior brasileiro é desejável que o governo organize um programa para o País ter algumas universidades de classe mundial?
O Brasil vem diminuindo o investimento em estudo no exterior. Já demos mais bolsas para o exterior do que atualmente; há uma concepção, a meu ver perigosa, de que não precisamos mais do exterior. Estamos cada vez menos internacionalizados. Ao contrário,

há um processo de provincianização do ensino superior. O avanço muito grande que tivemos na pós-graduação nos levou, hoje em dia, a uma situação paradoxal. Veja um caso: dois dos melhores programas de pós graduação em economia no Brasil estão na PUC e na Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Esses dois programas são tão bons que os melhores alunos do mestrado ingressam nas melhores universidades americanas – Chicago, Princeton, MIT etc. Por isso, formam poucos doutores. Resultado: ambos os programas foram rebaixados pela Capes, tinham nota sete, agora têm nota cinco. Foram rebaixados pq não formam doutores. É interessante. Pode-se discutir a orientação de ambos os programas; mas a GV e a PUC são umasdas poucas instituições no Brasil que formam economistas no mais alto padrão internacional. Ambas têm forte vinculação internacional; e foram rebaixadas. Paises como a Coreia do Sul, por exemplo, que também desenvolveram seus programas de pós graduação, hoje mandam mais gente para fora. Claro que é preciso criar as condições de receber as pessoas de volta. Uma vez escrevi um artigo sobre o porque de a USP não ser uma instituição de padrão internacional, que ela teria condições de ser; mas teria que fazer desse objetivo uma prioridade. Algum tempo atrás, houve uma decisão na USP de exigir que todas as teses sejam apresentadas em português; mas não se pode ser uma instituição de padrão internacional sem aceitar teses em inglês. Outra coisa interessante no Brasil é que não há incentivo para receber estudantes internacionais. Se houvesse uma instituição com um forte programa de atrair estudantes da América Latina, o resultado poderia ser muito interessante, muito importante para o Brasil – politicamente, intelectualmente. (A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que está sendo criada em Foz de Iguaçu, dificilmente terá este papel, porque é ideológica e não tem um projeto acadêmico consistente). Por que a USP não faz isso? Uma das razões é que ela não pode cobrar – nem de alunos estrangeiros. Como não pode cobrar, os estudantes internacionais acabam sendo uma chateação– não têm onde morar, não sabem falar a língua, precisam se adaptar, não podem vir para o vestibular... Se pagassem, a USP poderia contratar equipes, dar casa aos estudantes de fora, montar um programa de adaptação. O que dá o caráter internacional a uma instituição é o aluno. As instituições americanas, que são as mais internacionais do mundo, têm muitos alunos estrangeiros – chineses, africanos, latino americanos. Isso cria um ambiente internacional, uma vinculação com o resto do mundo. O Brasil tem muita gente formada no exterior que, quando volta, aos poucos vai perdendo o contato e fica cada vez mais voltado para o próprio Pais. É um problema, porque com isso vamos nos isolando.

No momento em que a tendência à internacionalização é cada vez mais forte e mais valorizada.

A política da CAPES e do CNPq é, hoje em dia, muito rígida em relação ao bolsista voltar ao Brasil. Está bem: o país gastou um bom dinheiro com o aluno, ele não pode simplesmente ir embora sem dar satisfações. Mas veja uma situação que já presenciei: o aluno terminou o doutorado no exterior; a universidade oferece a possibilidade de ele ficar mais um ano e fazer um pós-doutorado; ele pede licença à Capes. O que acontece? A Capes diz não e não permite que ele renove o visto de intercâmbio. É muito rígido. Claro que tem o risco de ele ficar lá; mas isso se combate com a criação de condições atrativas aqui. Não adianta formar a pessoa no exterior, exigir que ela volte, e não dar condições adequadas para o trabalho dele aqui. A idéia de que não precisamos mais do exterior é perigosa.